

Estado, Poder e Movimento Sindical na América Latina: O diálogo necessário com as teorias de Trotski

Gilson Dantas*

O problema

Nas últimas décadas, na América Latina, tem havido um reforço de caráter contraditório da dominação dos Estados Unidos sobre governos e burguesias locais, ao mesmo tempo, em que o imperialismo norte-americano entrou em um processo de relativo declínio e se instala o lento desencadear de uma profunda crise econômica. Nessas últimas décadas, também é um fato que os governos que se colocaram de um ponto de vista de resistência anti-neoliberal e que fizeram campanha eleitoral nesta perspectiva, através de um processo *transformista*, se converteram em aplicadores diretos das políticas pró-imperialistas e do Banco Mundial.

Este processo, por um lado criou, de uma maneira geral, certas dificuldades para o movimento revolucionário, ao mesmo tempo em que os laços econômicos do imperialismo sobre essas burguesias locais que se comportaram de forma vassala se estreitaram. Por outro lado, apareceram processos do tipo Venezuela de Chávez, ou seja, de resistência – sem rupturas profundas, em todo caso - à devastação econômica de perfil neoliberal.

O surgimento de governos como Hugo Chávez gera uma série de esperanças e ilusões nos meios de esquerda¹. Há uma série de debates na América Latina todos eles referenciados pelas novas perspectivas desencadeadas pela experiência venezuelana, portanto de um governo que desenvolve uma postura anti-Estados Unidos e, ao mesmo tempo, recolhe um apoio operário e popular majoritário ao se colocar dentro de uma perspectiva declaradamente socialista ou de *socialismo do século XXI* como é o discurso de Chávez.

Este artigo pretende incluir-se no debate dentro do terreno de uma questão que permeia processos tipo Chávez, e que pode ser posta nos seguintes termos: um governo ou poder político como Chávez ou outros antes dele (Perón, por exemplo), capitaneando um Estado que além de débil continua tratando de preservar o essencial da relação econômica com o imperialismo pode – nestas bases, preservando as relações semi-coloniais e

apoiando-se em burocracias sindicais - desenvolver mudanças sociais profundas?

A partir destes marcos, procurando focalizar, dentro deles, a perspectiva do movimento sindical e operário, o objetivo específico deste artigo é o de trazer ao plano do debate sobre o problema levantado, um autor que costuma ser deixado de lado, não sem prejuízo – na ótica da investigação e também teórica aqui adotada – para quem pretenda alcançar o mais profundo exame da totalidade do processo.

Naturalmente estará sendo enfocado nessa análise, tomado em suas linhas gerais, **um tipo de Estado**, o Estado burguês semi-colonial ou dependente latino-americano tipo Venezuela, Argentina ou até Brasil, ao mesmo tempo em será focalizada a questão de **um determinado tipo de poder político**, o poder de governos que procuram amparar-se nas massas para pressionar por relações mais vantajosas com os países centrais.

Este foco tomará como recurso teórico um autor, Trotski, que levou adiante estudos metodologicamente relevantes sobre o problema². Trotski formulou um diagnóstico ou uma avaliação teórico-histórica desse tipo de processo, por ele qualificado como bonapartista³, e da sua análise desprende-se uma perspectiva que, assim pensamos, contribui ao debate atual sobre Estado e poder na América Latina e que aqui será submetida à crítica.

Em primeiro lugar, trata-se, então, de resenhar e, em seguida, problematizar a defendida por aquele autor.

A tese de Leon Trotski

Trotski levanta uma determinada tese a respeito do poder político em Estados como o México dos

*Doutor em Sociologia pela UnB.

¹Ver, a respeito, Ignacio RAMONET. Hugo Chávez, *Le Monde Diplomatique-Brasil*, n.3, outubro 2007, p.13; Doug DOWD, Venezuela: who could have imagined?, *Monthly Review*, may 2007, vol. 59, n.1, disponível em www.monthlyreview.org; Ana Maria SANJUAN, Claro-escuros bolivaristas, *Le Monde Diplomatique-Brasil*, n.3, outubro 2007, p.10; Plínio de Arruda SAMPAIO, Populismo ou revolução? *Le Monde Diplomatique-Brasil*, n. 3, outubro 2007, p.13, dentre outros.

²Veja-se, a respeito, o material publicado no livro de Leon TROTSKI, *Escritos Latinoamericanos*, Buenos Aires, Ceip-Leon Trotski, 1999.

³Foi Marx quem definiu pela primeira vez a forma de dominação burguesa por ele chamada de bonapartismo, no seu *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. Trotski aplica essa definição para processos como os do nacionalismo burguês na América Latina. O Estado bonapartista supõe certo equilíbrio entre as várias forças sociais incapazes de exercer uma dominação hegemônica, ascenso do movimento de massas sem hegemonia política do proletariado, surgimento de alguma classe social de apoio ao governo, embora este continue respondendo ao conjunto dos interesses da classe dominante, a formação de um aparelho de Estado centralizado, burocrático, personalizado na figura de um árbitro, um Bonaparte com ares de equidistância. Ver farto material a respeito no livro citado na nota de rodapé anterior.

anos 30 e ali propõe elementos mais gerais, aplicáveis – segundo sua perspectiva teórica - a outros Estados na mesma condição, sob semelhante estrutura de poder político ou de relação com o imperialismo. Diagnostica o desenvolvimento de um fenômeno político peculiar, embora não exclusivo, da América Latina, o bonapartismo tipo Cárdenas.

Trotsky chama a atenção para a característica debilidade histórica da burguesia de países semi-coloniais (caso da América Latina) dominadas pelo capital imperialista, classes nativas sem a chance de conquistar a hegemonia industrial e financeira nos seus respectivos países. A presença mais forte, do ponto de vista dos setores chaves da economia vem a ser a do capital estrangeiro que, precocemente, passa a controlar setores dinâmicos dessas economias. De passagem, vale reiterar que esta realidade é completamente atual; no argumento de Boron,⁴ “*nossos Estados são hoje muito mais dependentes que antes, sufocados por uma dívida externa que não cessa de crescer e por uma 'comunidade financeira internacional' que, na prática, os despoja de sua soberania*”. O capital internacional é dominante nessas economias.

Este capital recruta uma classe operária local, mão-de-obra barata, configurando-se desta forma um determinado processo onde o país apresenta uma estrutura *atrasada* em relação aos países metropolitanos e imperialistas, no entanto, desenvolve uma classe operária moderna, jovem, em torno de núcleos industriais concentrados.

É da natureza da dinâmica de penetração do capital imperialista, portanto, que esta classe operária rapidamente fique submetida ao capital estrangeiro. Como contraponto, movimenta-se uma burguesia nativa que do ponto de vista econômico desenvolve-se à sombra e em conflito de interesses com o capital externo. Sua base política e social abarca toda uma massa local de trabalhadores que obviamente inclui os das grandes corporações imperialistas, grandes empresas e grandes bancos, sobretudo na área industrial, mais dinâmica.

Aqui temos uma contradição seminal, *genética*, que explica muito do caráter do Estado e do poder político na América Latina: uma classe dominante cujo desenvolvimento se vê conflitado com o imperialismo e que tende a associar-se a este, de forma subalterna, ou enfrentar-se com ele em alguma medida, apoiando-se em um imperialismo contra outro, por exemplo. Só que, em qualquer dos casos, sem conseguir alcançar nenhuma perspectiva econômica autônoma. É o que a história tem demonstrado sucessivas vezes e a cada tentativa.

Os movimentos essenciais desses núcleos burgueses locais terminam confluindo no sentido de adotar certo enfrentamento buscando tirar vantagens

próprias ou aceitando a condição de sócio menor do imperialismo, na condição de burguesias vassalas. No caso de lançar-se a conflitos de interesses abertos frente a um ou outro setor do grande capital financeiro ou da ‘comunidade imperialista internacional’ esses grupos locais cedo ou tarde se dão conta de que não podem ignorar ao proletariado: Cárdenas, Perón ou Getúlio cada um em seu momento e em suas circunstâncias, localizou nos trabalhadores urbanos – e também no campesinato, a depender do país - seu único ponto de apoio político **efetivo** na tentativa política de defender **seus** interesses frente às pressões externas.

Segundo o argumento de Trotsky:

“Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado *nacional*. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo o caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou transformando-se num instrumento do capital estrangeiro e submetendo ao proletariado com as cadeias de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando desse modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política (do governo mexicano, NT) se situa na segunda alternativa; suas maiores conquistas são as desapropriações das linhas de ferro e das companhias petrolíferas.

Essas medidas enquadram-se inteiramente nos marcos do capitalismo de Estado. No entanto, num país semi-colonial, o capitalismo de Estado encontra-se sob a grande pressão do capital privado estrangeiro e de seus governos, e não pode manter-se sem o apoio ativo dos trabalhadores. É isso o que explica porque, sem deixar que o poder real escape de suas mãos, (o governo mexicano) trata de dar às organizações operárias uma considerável parte da responsabilidade na marcha da produção dos ramos nacionalizados na indústria”⁵.

Historicamente, não se trata mais de qualquer processo de revolução burguesa até o fim, como aqueles que se deram no alvorecer desta classe. Aliás, quase como regra, no momento seguinte de qualquer influxo ou pressão nacionalista, na mesma medida em que as massas – como parte do mesmo processo - se levantam e lutam por seu espaço e suas conquistas, eis que aparece a burguesia como ela realmente é, débil, e que, no limite, termina recuando, cedendo e/ou dando passagem aos

⁴Atílio BORON, Atílio. Trás el búho de Minerva: mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000, p.125.

⁵Leon TROTSKY. *Escritos Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotsky, 1999, p.163.

seus setores mais reacionários e à oligarquia agrária associada ao imperialismo. A história moderna da América Latina desenvolveu-se nestes marcos, para além da época dos textos de Trotski aqui mencionados.

E uma razão de fundo, histórica e social, para esse desdobramento está no fato de que, desde o momento em que esses setores nacionalistas dão passagem a concessões de qualquer ordem à classe trabalhadora – política ou econômica –, procurando angariar força para suas fricções externas, não apenas irrompe uma dinâmica de resistência por parte da patronal imperialista, como se estabelece uma operação de risco político para a própria classe dominante em seu conjunto. Irrompem as massas, afloram situações onde o proletariado vai necessitar de sua independência política de ação.

Recorrentes processos nacionalistas se desenvolveram dentro desses limites e riscos.

Na síntese de Trotski:

“Em muitos dos países latino-americanos, a ascendente burguesia nacional, buscando uma maior participação no espólio e mesmo esforçando-se em aumentar a medida de sua independência – isto é, por conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país – é certo que trata de utilizar as rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros com esta finalidade. Mas sua debilidade geral e sua aparição histórica retardatária, lhe impede alcançar um nível mais alto de desenvolvimento para além de servir a um senhor imperialista contra outro. Não podem lançar uma luta séria contra toda dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional por receio a desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que, por sua vez, ameaçaria sua própria existência social”⁶.

Trotski qualificava tais processos como bonapartistas ou semi-bonapartistas; surgem em situações políticas onde a classe dominante mergulha na crise e a classe trabalhadora e camadas populares em movimento não contam com suficiente força política **própria**; é nesta conjuntura, que surgem formas de poder político como Cárdenas, Perón ou, em outras condições, Chávez, ou seja, através dos quais setores da burocracia de Estado – em geral do exército – se lançam a formas de governo instáveis que em algum momento recorrem ao apoio político operário ou camponês para pressionar o capital externo, os Estados Unidos, deslocando-se entre as contradições inter-imperialistas, em busca de vantagens no funcionamento econômico e no mercado para sua classe dominante:

“À medida em que o capitalismo imperialista cria nas colônias e semicolônias um estrato de aristocratas e burocratas operários, estes necessitam o apoio dos governos coloniais e

semicoloniais, que desempenhem o papel de protetores, de patrocinadores e às vezes de árbitros. Esta é a base social mais importante do caráter bonapartista e semibonapartista dos governos das colônias e dos países atrasados em geral. Essa é também a base da dependência dos sindicatos reformistas em relação ao Estado”⁷.

O poder ou o regime político que faz este papel bonapartista é assim chamado por ganhar certa autonomia: de um lado apoiar-se na classe operária, a quem busca controlar sob seu comando político, e por outro, também apoiar-se em setores da burguesia, do imperialismo (sem marchar para qualquer ruptura profunda de classe). O sentido é, invariavelmente, o de não romper os limites de classe. Esse Estado ou poder político, apóia-se na classe operária, apóia-se na burguesia procura construir um “projeto nacional” de pressão sobre o imperialismo. Pressão limitada por sua própria condição de “*burguesia atrasada sul-americana, sucursal do imperialismo estrangeiro*”, como dizia Trotski⁸.

O que aqui se pretende destacar, ao mesmo tempo, é que este, processo, que se desenvolveu na época de Trotski no México, tende a desenvolver, em seu seio, e a partir do grupo político de poder, uma dinâmica de controle e atrelamento, a partir do Estado, dos sindicatos e das movimentações e ações operárias. A burguesia trata de agir para que a esfera do movimento operário seja controlada, no essencial, pelo Estado e pelo governo.

Cárdenas nos anos 30 procurou articular e incluir as organizações operárias, por exemplo, na administração da produção dos setores nacionalizados ou as mobilizava em favor da nacionalização de determinadas esferas da economia, pressionando a Inglaterra. Com Chávez o processo é semelhante, embora mais débil, esgrimindo outro discurso e em diferentes circunstâncias mundiais.

Chávez estatiza e nacionaliza setores econômicos pagando a preço de ouro, ao contrário de Cárdenas, e procura organizar seu apoio urbano, especialmente em torno dos movimentos populares mais pobres, para os quais faz concessões. Concessões estas sempre subordinadas ao controle do governo sobre os movimentos sociais e sobre o movimento sindical. A criação do partido único do Chávez (PSUV), “unindo” patrões e empregados, é apenas um exemplo neste sentido. A idéia básica, antes como hoje, é a de submeter e controlar de forma (caudilhistas) os movimentos sociais.

Por outro lado, os movimentos do nacionalismo chavista muito mais submetidos ao imperialismo, apesar de toda sua fraseologia e das

⁶Idem, p.193.

⁷Leon TROTSKI, 1940. *A integração das organizações sindicais ao poder do Estado*. Disponível no site: www.insrolux.org/textosmarxistas/

⁸Leon TROTSKI. *Escritos Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotski, 1999, p. 93.

declarações socialistas dele, do que na experiência do governo cardenista. Chavéz tem comprado algumas empresas ao imperialismo a preço de mercado, ao mesmo tempo em que não promove qualquer mudança agrária substancial e sequer no perfil das importações (ou mesmo na fatia apropriada pela classe trabalhadora da renda nacional; neste item fica aquém do primeiro governo de Perón). No entanto, com seus limites, é possível localizar o chavismo no campo de processos semi-bonapartistas como os analisados por Trotski.

A análise teórica de Trotski localiza e examina a impotência histórica dessas burguesias frente à hegemonia do capital imperialista e, em especial, pela presença de um proletariado moderno, jovem e concentrado que tende a desequilibrar toda tentativa burguesa de apoiar-se nele para pressionar por vantagens econômicas para si. A perspectiva que Trotski fórmula para tais processos é a de que, na medida em que a classe operária dê passos adiante e esboce ou avance em sua independência política, tende a encerrar-se toda veleidade nacional-burguesa.

Foi o que ocorreu na Argentina em 75, no Chile em 73 e também por essa via se pode compreender o golpe de 1964 no Brasil. As frações chamadas nacionalistas se associam ao imperialismo e promovem um banho de sangue, abortam a evolução política do proletariado ou, simplesmente, dão passagem ao golpe, fogem. Esta é a perspectiva desse tipo de poder político burguês-bonapartista semi-colonial.

Como já foi mencionado, tais análises foram desenvolvidas por Trotski referindo-se ao processo de Cárdenas no México dos anos 30. Ele partia do real apoio que o proletariado oferecia a Cárdenas, chamava ao apoio às medidas de estatizações frente a qualquer ação do imperialismo e via como necessário ir construindo, dentro da *cultura proletária cardenista*, a corrente operária que, cedo ou tarde, teria que desenvolver-se e afirmar-se contra Cárdenas e não a seu favor. Explicava o limite histórico de classe deste tipo de poder político. E que o proletariado só tinha futuro desenvolvendo sua corrente independente de classe.

Nesta perspectiva, estrategicamente, o *Programa de Transição da IV Internacional*, do final dos anos 30, Trotski afirma, referindo-se aos países atrasados que:

“A tarefas centrais dos países coloniais e semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, a liquidação da herança feudal e a independência nacional, isto é, o rompimento com o jugo imperialista. Estas duas tarefas estão estreitamente vinculadas entre si. (...) Com base no programa democrático revolucionário é necessário opor os operários à burguesia ‘nacional’. Em uma certa etapa da mobilização das massas sob as consignas da democracia revolucionária, os soviets podem e devem surgir. (...) Cedo ou tarde os soviets devem derrubar a democracia burguesa. Somente eles

serão capazes de levar até o fim a revolução democrática e abrir assim a etapa da revolução socialista”⁹.

Retomemos um aspecto – decorrente desta abordagem teórica de Trotski sobre certo tipo de poder político em tais tipos de Estados – e aqui tomado como foco de análise: a esfera sindical em tais processos.

O reflexo desta dinâmica no movimento sindical (na classe operária).

O primeiro e óbvio problema dessa estrutura de poder político em governos de perfil bonapartista é a natureza de sua relação com o movimento sindical. Necessitam apoiar-se nele, mas antes de mais nada, precisam tê-lo sob controle, impedir seu desenvolvimento classista.

No argumento de Trotski – citado por Coggiola – referindo-se à América Latina:

“A debilidade da burguesia nacional, a falta de tradições de governo local, o crescimento mais ou menos rápido do proletariado, ameaçam os fundamentos de todo regime democrático estável. Os governos dos países atrasados assumem um caráter bonapartista ou semi-bonapartista e diferem uns dos outros pelo fato de que alguns tratam de orientar-se em uma direção mais democrática, tentando buscar apoio entre os trabalhadores e os camponeses, enquanto outros instauram uma forma de ditadura militar e policial. Isto determina igualmente o destino dos sindicatos... O paternalismo do Estado está ditado pelas duas exigências se contradizem: a necessidade do Estado de aproximar-se da classe operária como um todo e ganhar desta forma um apoio para resistir às pretensões excessivas do imperialismo e disciplinar aos trabalhadores colocando-os sob o controle de uma burocracia”¹⁰.

Sua impotência como burguesia e, ao mesmo tempo, a etapa de crises, revoluções e guerras impõe a necessária presença de uma eficiente burocracia reformista, economicista, burguesa, no controle do movimento operário. É a marca registrada desses processos. Tais governos necessitam incluir a classe trabalhadora através da burocracia sindical – inimiga de classe do proletariado – no aparelho de Estado. Não é por outra razão que terminam copiando, de uma ou de outra forma, o modelo sindical corporativo, sempre dentro da contradição em que precisam mobilizar a classe trabalhadora em seu favor e, para consegui-lo, devem ceder em vários aspectos menores.

⁹Leon Trotski, *El programa de transición y la fundación de la IV Internacional (compilación)*, Buenos Aires, CEIP Leon Trotski, 2008, p.95.

¹⁰Oswaldo COGGIOLA. *História del trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Razón y Revolución, 2006, p. 423.

Para o proletariado,

“o risco reside na conexão dos dirigentes sindicais com o aparato do capitalismo de Estado, na transformação dos representantes do proletariado em reféns do Estado burguês. Mas por maior que possa ser esse perigo, só constitui uma parte do perigo geral, mais exatamente, de uma doença geral: a degeneração burguesa dos aparatos sindicais na época do imperialismo, não apenas nos velhos centros metropolitanos, mas também nos países coloniais. Os líderes sindicais são, em sua esmagadora maioria dos casos, agentes *políticos* da burguesia, do seu Estado. Na indústria nacionalizada podem tornar-se, já estão se tornando, seus agentes *administrativos* diretos. Contra isso, não existe outra alternativa a não ser lutar pela independência no movimento operário em geral; em particular pela formação nos sindicatos de firmes núcleos revolucionários nos quais, ao mesmo tempo em que defende a unidade do movimento sindical, sejam capazes de lutar por uma política de classe de composição revolucionária dos organismos diretivos”¹¹.

Trotsky propõe essa perspectiva considerando a natureza daquele poder de Estado: ambivalente, contraditório, dentro do qual o governo procura funcionar como árbitro, como o *Bonaparte* de um poder político sem condições de estabilizar-se; a burguesia local é impotente, é associada ao imperialismo, ao mesmo tempo em que é parte de um sistema em decadência histórica, no curso da qual crises econômicas sérias e processos revolucionários são inevitáveis, repetem-se de tempos em tempos. Aliás, tais governos bonapartistas ou semi-bonapartistas costumam aflorar justamente em etapas de ascenso ou ameaça revolucionária de massa. Foi o caso de Chávez. Foi o caso de Cárdenas, Perón, Getúlio, todos eles.

Por essa razão, o primeiro movimento do governo dá-se no sentido de atrair para o Estado, os ministérios, o movimento sindical. E promover concessões para os mais pobres. No caso do nacionalismo mais recente, o poder político trata de custear todo tipo de bolsa-esmola, de assistencialismo, no sentido de reunir apoio dos mais pobres, em especial de uma massa camponesa ou das periferias urbanas que o próprio sistema lançou na ruína.

No pensamento de Trotsky, o sentido geral desse movimento é o de impedir que a classe operária desenvolva sua independência política. Aqui estamos no cerne da argumentação de Trotsky: mesmo com tais manobras, com a busca de apoio popular, tais formas de poder político são completamente impotentes frente ao imperialismo. Procuram arbitrar, desviar, ganhar tempo e vantagens apoiando-se aqui e ali no movimento de massas. Mas sua marcha inexorável, como regime, como

poder e como classe, após uma fase de tentativa de cooptação do proletariado, foi e tem sido rumo ao desastre, o que pode ser compreendido a partir daquelas considerações teóricas de Trotsky.

De um lado tal tipo de poder encontra-se frente à sua impotência histórica de ir adiante como movimento burguês independente, e, como parte da mesma dialética, sua busca – a todo custo – de bloquear o desenvolvimento político independente dos trabalhadores e sua aliança revolucionária com os camponeses trava a dinâmica efetivamente emancipatória. Ainda na reflexão de Trotsky, tal forma de poder político dura, historicamente, o tempo em que a parte mais ativa do movimento de massa, sobretudo do proletariado, tenda a ir dissipando suas ilusões de uma revolução por cima, de um reformismo pela via do bonapartismo ‘populista’. Essa é a sua dialética histórica nesta fase de decadência capitalista.

Considerações finais.

Este quadro, na ótica de Trotsky, deixa em aberto uma saída para o movimento sindical e para os revolucionários.

Os marcos estão dados: o do desenvolvimento do movimento operário da sua independência em relação ao Estado – o que implica em um desenvolvimento político que começa apoiando medidas de democracia operária ou contra o imperialismo e, para construir-se como alternativa deve desenvolver-se em oposição àquele poder político bonapartista. Ou, caso contrário, terá que lidar, mais adiante, **sem** ferramenta política própria, com o desfecho da dura repressão das alas direitas que estão dentro ou fora do governo e que não têm como se acomodar na instável perspectiva nacionalista burguesa.

Do ponto de vista das experiências históricas do pós-II Guerra, a perspectiva analítica formulada por Trotsky, na ótica deste artigo, parece mais do que acertada. A dinâmica política desse tipo de poder por ele analisado para a América Latina, tem-se desenvolvido recorrentemente, naquela perspectiva, de burguesias débeis que tendem a uma relação de poder político vassalo frente ao imperialismo, mesmo quando buscam apoiar-se, daquela forma bonapartista, na massa ao mesmo tempo em que lideram Estados cuja fraqueza é transformada a partir da esfera de poder político burguês em impotência política frente ao imperialismo.

A dificuldade das direções sindicais que conseguem desenvolver certa independência política ou pelo menos combatividade de classe tem sido sucessivamente, a de impor formas de democracia operária, de democracia de base, que conduzam ao desvinculamento sindicatos-Estado e, ao mesmo tempo, a falta – que têm recorrentemente revelado – de uma estratégia de luta coerente com o correto diagnóstico da natureza daquele poder político, da dinâmica de classe do

¹¹Leon TROTSKY. *Escritos Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotsky, 1999, p.166.

processo e, portanto, da imperiosa necessidade da construção da sua independência política através de partidos operários de massa, através de organismos de luta operários pluripartidários independentes.

Para o movimento sindical – já foi mencionado - daquele diagnóstico proposto por Trotski, desprende-se a avaliação de que um Estado fraco, subalterno e associado pelo poder político ao imperialismo, não tem como dar a passagem a mudanças sociais profundas, a uma revolução social sem que se desenvolva uma luta na perspectiva **estratégica** de ruptura com tais governos; a ruptura não está no começo do processo, quando impera, na experiência de massa, as ilusões ‘populistas’; mas dialeticamente, é desde este mesmo começo que a separação, a construção da independência operária já deve fazer parte. Não se trata de etapas. Inexiste uma via evolutiva, de *acúmulo* *chavista* de forças, por exemplo, da mesma forma que não pôde haver um *acúmulo* *cardenista* de forças (a etapa cardenista foi sucedida por um ciclo que dura até hoje, de governos neoliberais e pró-imperialistas). Não se trata de uma etapa ou semi-etapa à qual a outra se sucede, mas de um processo cuja dinâmica é determinada – para o bem ou para o mal – pela construção da independência política do proletariado. O “socialismo – como argumentava Trotski – não se constrói pelas mãos da burguesia”.

Seguindo o argumento de Dal Maso, podemos afirmar que

“Trotski considerava necessário que as massas operárias e populares mexicanas, que eram cardenistas - como agora na Venezuela são chavistas -, fizessem uma experiência com sua direção, mas não apresentava (essa dinâmica, GD) como uma ‘etapa necessária’ (no sentido de um lento e gradual passo adiante) a da hegemonia cardenista sobre o movimento operário. Por isso mesmo considerava como uma condição indispensável para que a experiência da classe operária se orientasse em um sentido revolucionário, a plena independência da classe operária, de suas organizações de massas e do partido revolucionário, em relação ao governo”¹².

Se considerarmos que a história do século XX esteve tomada por experiências de nacionalistas burgueses que custou duras derrotas ao movimento de massas¹³, mais que um debate teórico, pode-se afirmar que estamos diante de uma das mais cruciais discussões estratégicas e políticas que se apresenta para o movimento operário e popular da América Latina.

¹² Juan DAL MASO. La ilusión gradualista: a propósito del nacionalismo, la retórica ‘socialista’ y el marxismo en América Latina. In: *Lucha de Clases (Revista Marxista de Teoría y Política)*, n.7, junho 2007, p. 127.

¹³ Matias MAIELLO. Chávez, Perón, y el ‘socialismo del siglo XXI’: los derroteros del ‘nacionalismo burgués’ en la decadencia capitalista y sus apologistas ‘de izquierda’ de ayer y de hoy. In: *Lucha de Clases (Revista Marxista de Teoría y Política)*, n.7, junho 2007, p 107.